

XXXI

O COLAPSO DO IMPÉRIO DOS CALDEUS

I. A QUEDA DO IMPÉRIO ASSÍRIO

As inscrições comemorativas de Assurbanipal desaparecem por volta de 635, mas as grandes façanhas do rei assírio já haviam se encerrado com as vitórias sobre o Elam (646) e sobre os árabes (645?). Os anos seguintes são marcados pelo reconhecimento (puramente cerimonial) da soberania assíria por parte dos reinos que permaneciam na periferia do império: os persas em Anshan, os urártios, os lídios. Nos últimos anos de Assurbanipal o império começou a passar por dificuldades, pelo menos nas regiões ocidentais devastadas pelos citas que penetraram na Palestina, e em todo o arco formado pelas montanhas do norte já em mãos das populações locais, principalmente dos medos.

Não sabemos com certeza quando termina o reinado de Assurbanipal. Provavelmente o velho rei se retira em 631, quando o trono assírio é ocupado por seu filho, Ashur-etil-ilani, e morre em 627, o mesmo ano da morte do rei da Babilônia, Kandalanu. Não há fontes relativas a toda a década de 635-626, mas é certamente ocupada por uma guerra civil na Assíria e pelo fim do controle assírio sobre a Babilônia. No ano (626) que a Crônica Babilônica define "sem rei", termina a guerra civil, e outro filho de Assurbanipal, Sin-shar-ishkun, passa a ocupar o trono da Assíria. A documentação histórica reaparece em 626, graças a uma série de tabuletas com a crônica que descreve, ano por ano, os acontecimentos babilônicos, tabuletas que deviam constituir uma sequência contínua (ainda que as que chegaram até nós apresentem menções de Akhiyawa lacunas). Nos anos de 626-623, apesar das repetidas incursões assírias no sul, há um fortalecimento tanto da rebelião antiassíria das cidades (de Uruk e Nippur à própria Babilônia e Der), como do poder do chefe dos caldeus, Nabopolassar de Bit Yakini, que ao final é reconhecido como rei pelos babilônios (e reinará de 625 a 605).

Após uma lacuna, a série das crônicas é retomada em 616 (e continua até 594), em um contexto completamente mudado. Nabopolassar tem pleno controle sobre o sul,

após expulsar as últimas guarnições assírias, e toma a iniciativa de levar os combates também ao norte, no território assírio. São dois os traçados da ação do rei babilônico: no primeiro, ele sobe o Eufrates, aceitando a submissão de Sukhu e Khindanu, e chega até Balikh sem encontrar resistência. A Assíria tinha perdido o controle da faixa sírio-palestina para o Egito, obtendo em troca um apoio militar: registra-se a presença de um exército egípcio na Mesopotâmia ao lado dos assírios já em 616. A Assíria havia também perdido o controle sobre o Médio Eufrates, permitindo que Nabopolassar subisse o curso do rio para cercar a Assíria e separá-la do Egito. O segundo traçado, o mais decisivo, leva-o a subir o Tigre, primeiramente, impelindo os assírios até o Zab, e depois atacando as cidades assírias meridionais: Arrapkha e Assur. Nesse segundo traçado, surge a interferência também das populações que viviam nas proximidades do Zagros: os manneus apoiam os assírios, enquanto os medos os combatem. Entre manneus e medos estava ocorrendo, evidentemente, uma luta (ou um percurso paralelo) pela hegemonia iraniana. E a decisão de se manter do lado assírio é determinante: os manneus juntamente com os assírios são derrotados pelos medos.

Já em 614, os medos de Ciaxares (Umakishtar na crônica babilônica) avançam sobre as cidades assírias, tomando inicialmente Tarbisu e depois Assur, que é ferozmente saqueada. Nabopolassar sai em apoio a Ciaxares, mas chegou a Assur quando a cidade tinha sido tomada: acaba, no entanto, estabelecendo um pacto formal com o rei dos medos, e volta para a Babilônia. Dois anos depois (612) os exércitos dos dois aliados unem-se para atacar Nínive, aplicando-lhe um golpe. Após três meses de assédio, a capital assíria é expugnada, saqueada e destruída. Sin-shar-ishkun morre em sua capital expugnada. Os medos voltam para seu território, mas Nabopolassar ainda encontra forças para chegar até Nasibina e conquistá-la. A corte assíria se retira para Kharran, onde sobe ao trono do império, já em decomposição, certo Ashur-uballit II, cujo nome reevoca o do fundador da potência médio-assíria. Após outros dois anos (610), juntos, os exércitos de medos e babilônios dirigem-se a Kharran e a tomam, enquanto Ashur-uballit e seus aliados egípcios se retiram para o oeste do Eufrates.

A esta altura, o império assírio não existe mais, e Ashur-uballit, mesmo continuando ainda por alguns anos a apoiar os egípcios com as tropas que lhe restaram, já estava fora de cena, e desaparece da documentação. Agora, o confronto se dá entre os Estados herdeiros do império, que lutam para dividir os despojos. Ciaxares e Nabopolassar mantêm ainda uma aliança estabelecida em meio às ruínas de Assur, uma aliança cada vez menos ativa do ponto de vista militar, mas que serve para estabelecer as fronteiras entre ambos: aos babilônios cabe a planície mesopotâmica e aos medos os planaltos iranianos e anatólicos. O terceiro contendente é o Egito, que desde 616 controlava a faixa sírio-palestina e fazia fronteira com os babilônios no Eufrates, e que procura recuperar Kharran. Nabopolassar, juntamente com seu filho (e herdeiro designado), Nabucodonosor II, antes de enfrentar seu principal inimigo, o Egito, decide consolidar seu flanco direito, com uma série de expedições a Kummukh e até a fronteira de Urartu. Trata-se de um reino que se manterá em pé por alguns anos, e que

DOCUMENTOS

A queda do império assírio na *Crônica Babilônica*

Nos anos 12^o-16^o de Nabopolassar, Ashur, Ninive e Harran são destruídas, e a aliança entre os medos e babilônios ocupou o espaço do grande império.

Décimo segundo ano: no mês de Ab os medos contra Ninive [...] se apressaram e tomaram Tarbisu, uma cidade do distrito de Ninive. Desceram ao longo do Tigre e acamparam diante de Assur. Combateram dentro da cidade e [...] destruíram. Infligiram uma terrível derrota a um grande povo, devastaram e saquearam. O rei da Acádia [Babilônia] com seu exército tinha ido ajudar os medos, mas não chegou [em tempo] para a batalha. A cidade [...] O rei da Acádia e Umakishtar [Ciaxares, rei dos medos] se encontraram na cidade e juntos estabeleceram a paz e a amizade. Ciaxares retornou à sua pátria com seu exército, o rei da Acádia retornou à sua pátria com seu exército.

Décimo terceiro ano: no mês do Iyyar os sukhiôs se rebelaram contra o rei da Acádia e pegaram em armas. O rei da Acádia reuniu seu exército e marchou contra Sukhi. No dia 4 do mês de Siwan combateu Rakhilu, uma cidade que se encontra [em uma ilha] no meio do Eufrates, e naquele mesmo dia tomou a cidade. Ali construiu seu [...] Os homens que viviam nas margens do Eufrates, vieram a ele. [...] Ele acampou em frente a Anat e transportou para o lado ocidental as máquinas de assédio [...] aproximou as máquinas assédio das muralhas, iniciou uma batalha na cidade e a tomou [...] O rei da Assíria e seu exército desceram, e o rei da Acádia [retornou à sua pátria] com seu exército.

Décimo quarto ano: o rei da Acádia reuniu seu exército e marchou contra [...] O rei dos umman-manda (= medos) marchou até o rei da Acádia – se encontraram. O rei da Acádia fez atravessar [o exército] de Ciaxares, e (então) marcharam ao longo do Tigre, e acamparam diante de Ninive. Do mês de Siwan até o mês de Ab, por três meses eles submeteram a cidade a um forte ataque. No dia x do mês de Ab [...] infligiram uma séria derrota a um grande povo. Naquela época, Sin-shar-ishkun, rei da Assíria, [morreu (?)] [...] Eles levaram ricos despojos da cidade e do templo, e reduziu a cidade a um monte de ruínas. O [...] da Assíria fugiu diante do inimigo e abraçou os pés do rei da Acádia para poupar sua vida. No dia 20 do mês de Elul Ciaxares e seu exército voltaram para seu país. O rei da Acádia [pôs em marcha seu exército,] e chegou a Nasibina. Despojos e refugiados de – e de Rusapa eles levaram ao rei da Acádia em Ninive. No dia x do mês de [Ashur-uballit (II)] subiu ao trono em Harran, para exercer a realeza sobre a Assíria. Até o dia x do mês de [...] em Ninive [...] a partir do dia 20 do mês de [...] o rei de [...]

Décimo quinto ano: no mês de Tammuz o rei da Acádia reuniu seu exército e marchou contra a Assíria [...] vitoriosamente [...] do país de [...] e do país de Shu- [...] conquistou, saqueou e levou seus ricos despojos. No mês de Marchesvan o rei da Acádia assumiu o comando de seu exército e marchou contra Ruggulitu. Combateu contra a cidade e no dia 28 do mês de Marchesvan tomou a cidade. Não deixou vivo um único homem [...] retornou à sua pátria.

Décimo sexto ano: no mês de Iyyar o rei da Acádia reuniu seu exército e marchou contra a Assíria. A partir do mês de [...] até o mês de Marchesvan ele avançou vitoriosamente pela Assíria. No mês de Marchesvan os umman-manda, que tinham vindo em auxílio do rei da Acádia, reuniram seus exércitos e marcharam para Harran contra Ashur-uballit, que havia

subido ao trono na Assíria. O medo do inimigo tomou conta de Ashur-uballit e do exército do Egito, que tinha vindo em sua ajuda, e eles abandonaram a cidade e atravessaram [o Eufrates.] O rei da Acádia chegou a Harran e [...] tomou a cidade. Levou grandes despojos da cidade e do templo. No mês de Addar, o rei da Acádia abandonou os seus [...] e voltou para sua pátria. Os umman-manda que tinham vindo em auxílio do rei da Acádia também se retiraram depois deles.

procura participar da divisão dos territórios ex-assírios com algumas aspirações sobre o Alto Eufrates e o Alto Tigre.

O último ano de reinado de Nabopolassar (605) é o ano da vitória decisiva. Nabucodonosor atravessa o Eufrates em Karkemish, entreposto operacional dos egípcios: a cidade é tomada, os egípcios vencidos fogem, Nabucodonosor os persegue até Hama, onde os derrota mais uma vez. Neste momento, chega-lhe a notícia da morte de Nabopolassar. Nabucodonosor volta para a Babilônia para assumir a trono. Ele conquista a Síria até Hama, e impossibilita o soerguimento dos egípcios.

2. A DINASTIA CALDEIA

Após a morte de seu pai, Nabucodonosor lança contínuas campanhas contra a Síria-Palestina (a “terra de Hatti” da crônica babilônica). Foi necessária uma dezena de campanhas para submeter os pequenos reinos locais, alguns dos quais tinham sido sempre independentes e tinham, inclusive, procurado aproveitar a ocasião da queda assíria para recuperar territórios e maior independência. É o caso de Tiro e, sobretudo, do reino de Judá com Josias, cuja tentativa é impedida pelos egípcios; mais tarde é Nabucodonosor quem toma Jerusalém (586). Além de submeter os antigos territórios assírios, e os que não tinham sido dominados por eles, Nabucodonosor precisa rechazar as tentativas egípcias de recuperar terreno, aproveitando-se, para isso, de um momento em que os egípcios se encontram próximos a um palco de operações realizadas anualmente pelos babilônios. Há um desequilíbrio de forças e Nabucodonosor consegue consolidar seu domínio sobre a Palestina até a fronteira egípcia.

O quadro encontra-se praticamente estabilizado: os babilônios controlam a Mesopotâmia e a Síria-Palestina, o Egito restringe-se às suas fronteiras, os medos estendem-se pelos planaltos, anexando os antigos territórios urartianos e enfrentando a Lídia no Halys. Porém, há uma notícia inusitada e significativa: no ano IX de Nabucodonosor, um “rei do Elam” enfrenta os babilônios e os dois exércitos aproximam-se junto ao Tigre, prestes a um confronto. A crônica diz que os dois exércitos estavam a um dia de

marcha um do outro, e que o “rei do Elam” teve medo e se retirou. Esse “rei do Elam” só pode ser um rei persa, pois não se contenta em aceitar a repartição do mundo combinada entre medos e caldeus após a queda de Assur e que já tinha sido realizada.

Mesmo depois de 594 (quando cessam os dados fornecidos pelas crônicas), Nabucodonosor precisa manter uma atividade militar quase ininterrupta na faixa sírio-palestina. Temos informações sobre seus confrontos com o Egito (588, 568), sobre o assédio final e a destruição de Jerusalém (586), sobre o longo assédio de Tiro (585-572) que não foi expugnada, mas que precisou realizar pactos com os babilônios que designaram um governador junto ao rei local. Sabemos, enfim, que também a Cilícia plana (Khume, isto é, a Que dos assírios) foi anexada ao reino caldeu. Temos alguns outros detalhes a respeito do Líbano e de suas florestas de cedros, um tanto depauperadas, mas que ainda continuavam sendo muito apreciadas. Nabucodonosor, como quem quer dizer que tinha beneficiado os habitantes do Líbano, noticia que tinha conferido às florestas o *status* de propriedades regias, reservando para si sua exploração. Declara, além disso, ter melhorado a estrada que vai do Líbano até o Eufrates, de onde os preciosos troncos eram levados flutuando até o canal de Arakhtu e da Babilônia. Todas as províncias ocidentais, já duramente provadas pela conquista e pela administração provincial assíria, foram submetidas a novas destruições bélicas, a novas deportações, e a uma exploração ainda mais dura. Durante o domínio babilônico, a Síria-Palestina atinge seu mais baixo nível de população. Os babilônios nada fazem para repovoar os campos ou para reconstruir as cidades, apenas levam para Babilônia os recursos disponíveis, utilizando uma política de perspectiva extremamente míope.

As inscrições reais neobabilônicas, diferentemente das assírias, dedicam pouca atenção às atividades bélicas, concentrando-se nas edificações. Na titulação, a ênfase passa da conquista do mundo à administração dos templos. Isto não quer dizer que os reis caldeus fossem pacíficos, nem em pensamento: as crônicas atestam a realização de campanhas anuais por Nabucodonosor, e pelo Antigo Testamento sabemos que sua ideologia e sua propaganda do terror não diferiam das assírias. A tradição política local era diversa, pois atinha-se a um modelo anti-imperialista. O que muda é o “público” (efetivo ou potencial) das inscrições, que é o mais amplo até então atingido por mensagens desse tipo. Os reis assírios tinham um público “externo” a ser convencido ou aterrorizado: reis vizinhos, vassalos de conduta incerta e novas províncias ainda irrequietas. O império assírio não possui fronteiras bem definidas (mas projetadas ideologicamente, sempre mais amplas), e não é muito consolidado internamente. Portanto, os reis assírios deviam insistir em sua imagem belicosa, na inexorabilidade de sua ação e em sua permanente e insensata oposição. O caso dos caldeus é diferente. Após os primeiros dez anos de reinado, Nabucodonosor tinha feito todas as conquistas possíveis — mantendo o pacto de não agressão e a repartição do mundo com os medos, e a inatacabilidade do Egito. As províncias encontravam-se com um nível muito baixo de população e extenuadas, e não havia mais nenhum interlocutor externo para convencer ou aterrorizar. Assim, os destinatários das inscrições reais eram, talvez exclusivamente, os círculos sacerdotais das

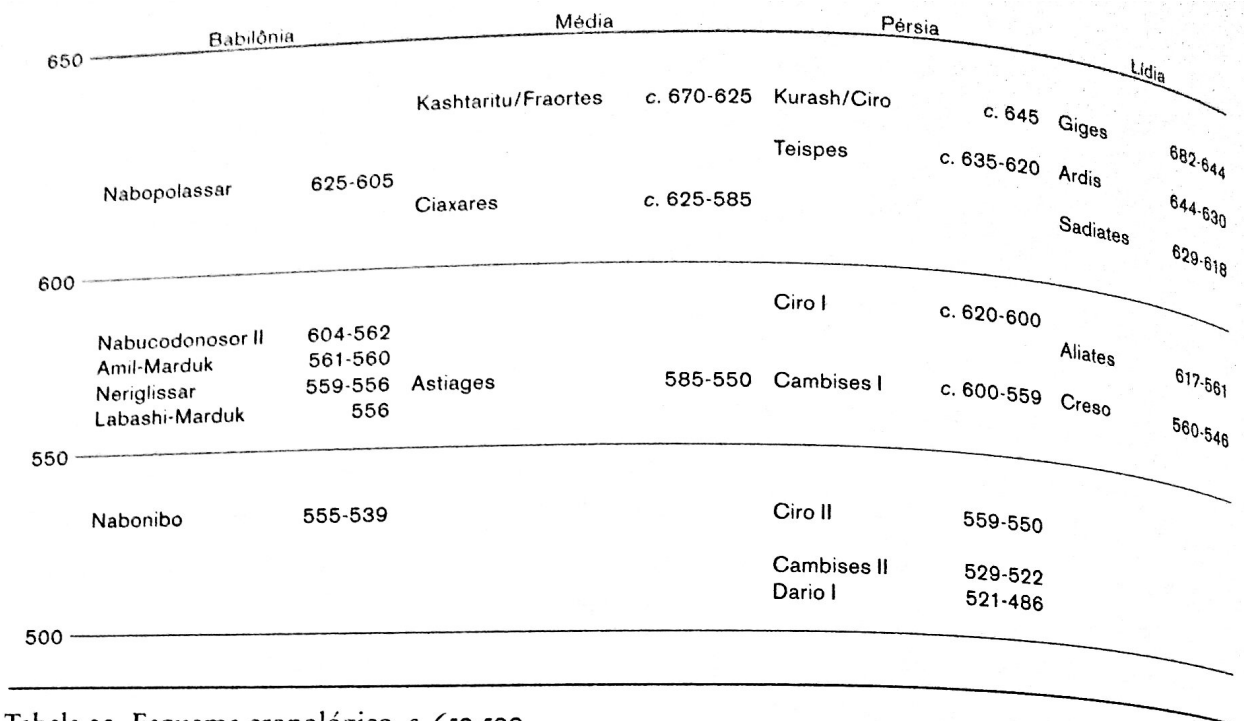


Tabela 22. Esquema cronológico, c. 650-500.

idades babilônicas. A credibilidade de um rei decide-se (de forma paradoxal) a partir de sua capacidade de realizar a festa do *akîtu*, e de respeitar a tradição na construção de um simulacro divino. Após séculos de tornar-se um palco passivo das lutas entre assírios, elamitas e caldeus, a Babilônia se vê, improvisamente, diante do dever de administrar um império sem ter condições para tanto. É preciso reconhecer que a destruição da Assíria foi devida, sobretudo, à ação da nova força dos medos, e que a conquista da Síria-Palestina se dá praticamente no vazio. A administração durou sessenta anos, em grande parte devido à ação (e depois ao impulso estimulado por esta ação) de uma personalidade enérgica como foi Nabucodonosor. Após Nabucodonosor, o reino passa por crescentes dificuldades, e deixa de opor resistência. Durante esses sessenta anos, a questão cultural situa-se no centro da vida política babilônica: restauração de edifícios, execução de festas, reposição de estátuas em seus espaços originais, interpretação de "sinais".

Um texto de Nabucodonosor apresenta um organograma do reino: em primeiro lugar estão os funcionários centrais, da corte, depois estão os governadores das províncias, e enfim os reis vassalos das cidades costeiras: as fenícias Tiro, Sidon, Arwad, e as filisteias Gaza e Ashdod. As províncias são as do interior da Baixa Mesopotâmia, que em geral correspondem às principais tribos caldeias: País do Mar (Bit Yakini), Puqudu, Bit Dakkuri, Gambulu, Bit Amukani, mais outras poucas cidades ao leste do Tigre (Der, Dupliash e algumas outras desconhecidas). Segue a lista de oficiais menores que governam cidades menores, sempre localizadas no interior da Acádia, e enfim uma lista de *qêpu*, governadores de cidades periféricas ou que se estabelecem junto aos reis locais. Tem-se uma clara impressão de que o espaço entre o núcleo da "Acádia", ou seja, a Babilônia, e as cidades costeiras autônomas, é constituída, praticamente, por desertos, mas que não pode, absolutamente, ser comparada com a estrutura provincial assíria.

Com o fruto dos saques das cidades assírias (e assim a Assíria se torna uma terra realmente deserta, na fronteira entre babilônios e medos), e com os benefícios dos últimos recursos ocidentais, Nabucodonosor inicia uma intensa atividade de construção. Ela envolve, inicialmente, a Babilônia: ali é construído um grande palácio real, são reconstruídas e reforçadas as fortificações (muralhas, uma grande fortaleza ao norte e uma muralha externa ao sul), são ampliados e completados os dois polos da vida religiosa, situados em uma grande área no centro da cidade: o zigurate (a "torre de Babel") Etemenanki, e o templo de Marduk, Esagila. Trata-se de um conjunto de trabalhos de grandes proporções (e de qualidade). Ele é incomparavelmente maior que as obras do passado, e exigiu uma enorme mobilização de mão de obra e um grande volume de alimentos. São também realizadas importantes construções, mas de menores proporções, em outras cidades, de Sippar a Ur, e em particular em Borsippa, sede de Nabu. A comunicação entre o Ezida, templo de Nabu em Borsippa, e o Esagila, templo de Marduk na Babilônia, e a via das procissões que liga o Esagila pela porta de Ishtar ao templo extraurbano da *bît akîti*, constituem o eixo central do culto oficial babilônico em seu momento mais importante: a festa do Ano Novo.

Com a morte de Nabucodonosor, após um longo reinado de 43 anos, inicia-se um período de instabilidade. Seu filho, Awil-Marduk, reina durante alguns anos. Celebra sua entronização marcada pelo indulto a Joaquim de Judá e a outros reis capturados por seu pai nas campanhas dos últimos trinta anos. É, possivelmente, assassinado, sendo sucedido por um usurpador de origem militar, Nergal-shar-usur (Neriglissar, na forma helenizada) que resiste durante quatro anos. Ele comemora algumas construções e faz uma expedição contra o reino de Pirindu, que é narrada em sua única crônica que chegou até nós. O reino de Pirindu correspondia à Cilícia escarpada, situada no lugar do antigo reino de Khilakku (nunca conquistado totalmente nem pelos assírios nem pelos frígios), e fazia fronteira com a Cilícia plana (Khume) nas mãos dos babilônios. Uma incursão de Pirindu contra Khume e contra a Síria provoca a reação de Neriglissar, que destrói as cidades cilícias e chega até a fronteira da Lídia. Neriglissar é sucedido por seu filho, Labashi-Marduk, que após poucos meses se torna vítima de uma conspiração que leva ao poder outro usurpador, Nabonido (Nabu-na'id), estranho à família real e originário do norte, do antigo centro assírio de Kharran, onde sua mãe, Adad-guppi, era sacerdotisa do deus lunar no santuário de E-khul-khul, destruído pelos medos em 610.

Nabonido, que tinha subido ao poder por meio de um golpe militar, precisa legitimar sua entronização superando o duplo inconveniente de ser um usurpador, e de ser estranho ao ambiente babilônico e não privar do apoio do clero de Marduk. Uma sua inscrição descreve sua estratégia ideológica para superar essas dificuldades, estratégia em parte defensiva e em parte crítica em relação a Marduk: Senaqueribe (cuja violenta destruição da Babilônia, 130 anos antes, continuava sendo uma mancha indelével para os assírios) tinha seguido a vontade de Marduk, e depois foi punido pelo próprio Marduk, de tal forma que os assírios não tiveram culpa nisso. Quando, mais tarde, os medos destroem a Assíria, também destroem cidades babilônicas que não tinham apoiado

Nabopolassar: portanto, Marduk volta-se contra cidades irmãs, levando o próprio rei da Babilônia a lamentar-se pelo fato. Por fim, Nabucodonosor e Neriglissar começam a restaurar os templos e a revitalizar os antigos cultos, mas muitas questões continuam sem solução e passíveis de discussão. Awil-Marduk e Labashi-Marduk, apesar de serem filhos e herdeiros desses benfeitores, são tão ímpios que não conseguem aceder ao trono. "Eu - conclui Nabonido - sou o verdadeiro e legítimo herdeiro e continuador de Nabucodonosor e de Neriglissar (o que é comprovado pelas estrelas e pelos sonhos), eu continuei e concluí a obra de restauração dos templos, das alfaias sagradas, e dos cultos". E aqui Nabonido, entrando em detalhes, depois de recordar tudo o que havia feito pela tríade Marduk-Nabu-Nergal, que era a tríade do núcleo central do Estado (Babilônia, Borsippa, Kutha), acrescenta outra tríade, de caráter astral: Shamash-Sin-Ishtar, que envolve as cidades periféricas (Larsa e Sippar para o deus solar, Ur e Kharran para o deus lunar, Uruk e a mítica Acádia para Ishtar/Vênus). Isto permite-lhe inserir nesse contexto global sua particular preocupação em reconstruir o templo de Sin em Kharran que tinha sido destruído há 54 anos, e que agora é restaurado por vontade de Marduk.

O discurso é necessariamente complexo, de cunho cultual, e reconhece o papel central de Marduk como deus que garante a realeza babilônica e que determina seus destinos. Porém, procura ampliar o quadro para dar satisfação a diversas cidades e diversos espaços templários, sem economizar críticas ao próprio Marduk. Essa postura pode ter irritado o clero de Marduk, mas nas inscrições de Kharran o destaque é dado à comemoração em favor da mãe de Nabonido. Nelas atribui-se uma centralidade ao deus Sin, o que é intolerável entre os babilônios, atribuindo-lhe também a função de designar o rei da Babilônia, o que é considerado uma verdadeira "heresia".

Um ponto de vista diferente, o do clero babilônico, transparece em um texto escrito à época de Ciro, quando Nabonido já tinha sido derrotado, mas que retoma todas as polêmicas que o envolviam já antes de seu fim. Trata-se, em resumo, de uma apologia do conquistador Ciro, e de um ato de acusação contra o rei deposto, Nabonido. As acusações são, sobretudo, religiosas e cultuais: por ter introduzido o culto e o simulacro de Sin, que não faziam parte da tradição babilônica, e que são descritos em termos grotescos; por não celebrado a festa do Ano Novo na Babilônia, por estar envolvido exclusivamente com a restauração do E-khul-khul; por ser um ignorante, que não sabe ler nem escrever, que confunde os rituais, que interpreta os presságios a seu bel-prazer. Há também uma acusação "política": de ter abandonado a Babilônia para estabelecer-se em Teima, na Arábia (após matar seu rei e seus habitantes), e de ter construído Teima à semelhança e quase como rival da Babilônia.

Nos primeiros anos de seu reinado tinham sido dedicados ao fortalecimento interno e às restaurações templárias, mas depois Nabonido se transfere para a Arábia durante uma década (551-541), deixando no governo da Babilônia a seu filho, Bel-shar-usur (o Baltasar da Bíblia). Dado que sua transferência para a Arábia coincide com a vitória de Ciro sobre Astiages, que marca a passagem da hegemonia iraniana da Média para a Pérsia, é possível que a jogada de Nabonido tenha um sentido no cenário internacio-

Inscrição de Nabonido, de Harran

A celebração de Sin, a estadia na Arábia, a associação da Síria com a Babilônia, são elementos dirigidos ao "público" de Harran, mas dificilmente aceitos pela Babilônia.

O grande milagre de Sin, que nenhum dos deuses e deusas conhecia, que desde os tempos imemoriais nunca tinha acontecido no país, que o povo do país não tinha nem observado nem restrado em tabuletas para memória futura: que tu Sin senhor dos deuses e deusas que moram no céu, desceste do céu [para vir] até mim, Nabonido, rei da Babilônia. A mim, Nabonido, o isolado, que não tinha ninguém, em seu coração não havia aspiração pela realeza, os deuses e deusas pediram a mim e Sin me chamou para a realeza. A meia noite me apareceu um sonho que dizia assim: "Reconstrua imediatamente o E Khul Khul, o templo de Sin em Harran, e eu te darei todos os países".

Mas os habitantes da Babilônia, de Borsippa, Nippur, Ur, Uruk e Larsa, os administradores e os habitantes das cidades de babilônicas, agiram mal e pecaram contra seu grande poder divino, ignorando quão terrível é a ira do deus Lua, rei de todos os deuses. Desprezaram seus ritos e pronunciaram palavras duras impias e injustas. Eles devoraram uns aos outros como cães, e fizeram aparecer entre eles doenças e fome. Ele [Sin] dizimou os habitantes do país, e me obrigou a deixar minha cidade da Babilônia, para dirigir-me para Tema, Dadanu, Paddakhu, Khibra, Yadikhu e até a Yatribu. Durante dez anos eu andei por aquelas cidades sem nunca entrar em minha cidade, Babilônia.

Por ordem de Sin, rei dos deuses, senhor dos senhores, [ordem] cumprida pelos deuses e deusas que vivem no céu, por ordem do deus Lua, Sin, designou Shamash, Adad, Ishtar e Nergal para cuidar de minha saúde. Durante um único ano, no mês de Nisan, no mês de Teshrit, os habitantes da Babilônia e da Síria recolheram os produtos do campo e do mar, e durante todos aqueles anos sem exceção Adad, o guardião dos diques do céu do além-túmulo, por ordem de Sin forneceu-lhes chuva até nos meses de verão - nos meses de Siwan, Tamuz, Ab, Elul e Teshrit - de tal forma que puderam trazer-me facilmente seus excedentes.

Por ordem de Sin, Ishtar senhora da batalha, sem a qual no país não há conflito nem reconciliação, e nenhuma batalha é travada, estendeu sua mão sobre eles [os babilônios], o rei do Egito, os medos, as terras dos árabes e todos os reis inimigos enviaram mensagens de reconciliação e amizade. Quanto aos árabes [eternos inimigos] [?] da Babilônia, sempre prontos para saquear e levar suas riquezas, por ordem de Sin, Nergal quebrou suas armas, e eles se prostraram a meus pés. Shamash, o deus das decisões oraculares, sem a qual nenhuma boca pode ser aberta ou fechada, por ordem de seu pai o deus Lua, fez os habitantes da Babilônia e da Síria dirigirem novamente a palavra a mim, de tal forma que começaram a servir e a obedecer minhas ordens por todas as distantes montanhas e difíceis caminhos por onde passava.

O final dos dez anos chegou exatamente no dia em que o rei dos deuses, o deus Lua, tinha previsto, ou seja, em 17 de teshrit (dia) denominado: "dia em que Sin foi favorável". (segue um louvor de Sin.)

Antes daquele dia minhas consultas ao adivinho e ao intérprete de sonhos não cessavam, mas onde quer que eu dormisse meus sonhos eram confusos, até que finalmente a palavra foi cumprida, o momento tonou-se propício, o tempo exato predito por Sin chegou.

Então mandei um mensageiro de Teima para a Babilônia, a cidade de meu senhorio. Quando os babilônios o viram levaram dons e presentes em sua presença; os reis das regiões vizinhas vieram beijar meus pés, e os das regiões distantes ouviram e tiveram medo de seu grande poder divino. Os deuses e deusas que tinham fugido (da Babilônia) retornaram e trouxeram suas bênçãos. Assim, minha sorte se baseou nas vítimas (dos sacrifícios) utilizadas para as decisões oraculares.

Fiz com que meus súditos, mesmo os que viviam nas regiões mais remotas, vivessem em abundância, e tomei o caminho de casa em paz. Cumpri a ordem de sua grande cabeça divina, sem ser negligente: fiz trabalhar o povo da Babilônia e da Síria, da fronteira do Egito no mar superior até o mar inferior, todos os que Sin, rei dos deuses, me tinha confiado e assim reconstruí o E-Khul-Khul, o templo de Sin, e completei o trabalho. Levei em procissão Sin, Ningal, Nusku e Sadarnunna de Shuanna (Babilônia), minha cidade real, e os conduzi com alegria e felicidade (ao E-Khu-Khul), instalando-os em um sólido pedestal. Tornei abundantes as ofertas para eles, e numerosos os presentes. Assim enchi o E-Khul-Khul de alegria e acontentei seu pessoal (sacerdotes). Cumpri a ordem de Sin, rei dos deuses, senhor dos senhores, que vive no céu, cujo nome supera o dos outros deuses do céu: de Shamash que dele procede, de Nusku, Ishtar, Adad e Nergal que cumpriram a ordem do deus Lua, superior a todos eles.

nal. Levantou-se a hipótese de se tratar de uma tentativa de mobilizar a metade ocidental do reino (arameia e assíria), adicionando a ela o elemento árabe, dado que a metade oriental (babilônica-caldeia) não era confiável devido à oposição religiosa já mencionada. Imagina-se que a transferência para Teima possa ser interpretada como uma espécie de segunda linha mais protegida que a Babilônia. Se estas eram as intenções, elas falharam totalmente: Nabonido volta para a Babilônia às vésperas do ataque de Ciro, e a resistência (ainda que ineficaz) é organizada com as forças babilônicas e não com as (fictícias) arameias e árabes do oeste.

É certo que a transferência para Teima supõe um distanciamento de Nabonido do ambiente babilônico e do culto de Marduk (assim foi interpretado). Indica, talvez, uma orientação religiosa desconhecida, mas indica, sobretudo, uma nova atenção dada à realidade política e econômica da Arábia, anteriormente avaliada como um mundo isolado de nômades. Nabonido encontra em Higiaz uma série de cidades, desde a própria Teima (com uma grande extensão, comprovada pelas atuais escavações) e Dedan até Khaibar e Yathrib (a Medina de Maomé), com reis locais e população sedentária. A importância dessas cidades é devida ao controle que exercem sobre as grandes caravanas que subiam do Iêmen à Síria, e Nabonido tem domínio sobre um amplo trecho da rota caravaneira, até as imediações dos centros iemenitas, eliminando os intermediários. Nesse sentido, a jogada de Nabonido, em vez de se tratar de uma estratégia defensiva

contra os persas, indica uma estratégia ativa em direção oposta, e um desconhecimento da gravidade do que estava ocorrendo no norte.

A "crônica babilônica", ao indicar os vários anos de presença do rei em Teima, destaca, implicitamente, que a festa do Ano Novo não foi celebrada; e que quando (17º ano) o rei retorna para a Babilônia sua primeira preocupação é regularizar a celebração do Ano Novo. Mas os acontecimentos se precipitam, e os persas, após algumas tentativas frustradas, efetuam uma intervenção militar. Ugbaru (Gobryas, para os gregos), governador de Gutium (como registra as crônicas com um termo arcaico) lidera as tropas persas, vence uma batalha em Opis, ao atravessar o Tigre, e depois, sem encontrar resistência, ocupa primeiramente Sippar e depois a própria Babilônia. Após tudo isso, entra em cena Ciro, que é aclamado como libertador e triunfador, e Nabonido é capturado. Como sempre, as principais preocupações são de ordem cultural, como se desprende tanto da apologia das crônicas como da apologia de Ciro (um texto já citado): é verdade que os "gútios" (persas) invasores entraram em Esagila, porém desarmados, e que os ritos não sofreram qualquer interrupção. Ciro proclama-se executor da vontade de Marduk, e restaurador das regras culturais que Nabonido tinha desrespeitado. A Babilônia não é destruída nem saqueada, apenas incluída no novo império, tornando-se uma de suas capitais. O fim do mundo acontece sob o signo da continuidade, com um grande esforço para não tornar penoso nem despercebido um rebaixamento que só se revelará nas décadas posteriores.

3. A RETOMADA ECONÔMICA

As seis décadas que separam a queda das cidades assírias da entrada de Ciro na Babilônia caracterizam-se por uma retomada econômica, que não acontece em todos os territórios do império, mas que se restringe a polos fundamentais. O principal polo é obviamente o da Baixa Mesopotâmia, onde o fim das guerras e das destruições ali presentes por séculos permite uma retomada produtiva e demográfica, embora modesta, durante esse breve período, mas que tem uma continuidade sob os aquemênidas. O fato de a Babilônia ser o centro do império comporta um afluxo de recursos, fruto de taxas e de despojos de guerra, das regiões periféricas. Já vimos que tais recursos, somados à amplificação da disponibilidade interna de mão de obra, são destinados a programas de construção tanto de caráter defensivo como de caráter cultural. Por ser capital política, a Babilônia também atrai as atividades comerciais. O outro polo de desenvolvimento é constituído pelas cidades fenícias e filisteias que mantêm sua autonomia na costa mediterrânea, e que tiram o máximo proveito de seu papel de "interface" entre o império e a nova realidade mediterrânea (em ascensão sob todos os pontos de vista), os contatos com o Egito, e a abertura para o mar das caravanas sul-arábicas. Se o polo babilônico se destaca, sobretudo, por suas atividades agrícolas, políticas e distributivas, o polo ocidental destaca-se como eixo comercial e centro de intermediação. Sob os per-

sas, este polo amplia suas atividades urbanísticas, defensivas, administrativas e religiosas. Quanto aos territórios interpostos (o interior da Síria e Palestina, Alta Mesopotâmia, Assíria) foram reduzidos a um deserto virtual em que parte das antigas populações e de deportados assírios mantinham baixos níveis de atividade econômica e cultural.

A Babilônia passa por uma forte retomada. O país sai de uma longa fase de declínio e de despovoamento que se acentuou nos séculos X-VII. Com o final do século VII e começo do VI, começa a se recuperar. A população aumenta sensivelmente, ainda que não consiga retomar os níveis da época de Hamurábi – o nível máximo será conseguido durante o período de Ur III e de Isin-Larsa. Além disso, é difícil determinar (com base nas escavações de superfície) quanto desse aumento refere-se realmente ao breve período dos sessenta anos da dinastia caldeia, e quanto se deve à retomada sob os Aquemênidas, dada a dificuldade de interpretação dos “fósseis-guia” cerâmicos. Quanto à estrutura de assentamentos, a recuperação afeta principalmente as cidades. Eles mantêm uma relação próxima com os programas de construção dos reis caldeus, no entanto, no que diz respeito à população agrícola, pode-se dizer que ela continua pouco numerosa (e que, proporcionalmente, tenha diminuído). Alguns fatores de degradação são irreversíveis, pelo menos no curto prazo. Os pântanos surgidos na Baixa Mesopotâmia devido ao colapso da rede de canais, a área arenosa da costa do Golfo, o avanço das areias do deserto do oeste na direção do Eufrates, assediavam – por assim dizer – as cidades e as áreas de cultivo babilônicas que constituíam uma espécie de “ilha” de alta produtividade agrícola rodeada pelo deserto em suas várias formas: dunas de areia a oeste, pântanos ao sul, fronteira política ao leste e despovoamento bélico ao norte.

Em tais condições, o auge urbanístico é acompanhado de uma forte retomada da produção agrícola. O cenário dos campos babilônicos é bem diverso da realidade dos séculos de ouro. A pequena propriedade “livre” praticamente desaparece, mas também as grandes propriedades dos funcionários reais não constituem mais um elemento importante. O cenário agrícola passa a ser dominado pelas grandes propriedades templárias e reais. Ambas empregavam uma população rural de condição servil: aos escravos e assalariados somam-se os deportados (os do período assírio, e os recém-chegados), os devedores inadimplentes, e a nova classe dos “oblatos” templários (*shirku*) – categorias que não eram proprietárias da terra em que trabalhavam. Acima desse grupo, há uma classe de “administradores” (*shatammu* e outras categorias de grau inferior) do templo e do rei. Portanto, não se trata de proprietários (talvez ausentes), mas gerentes (como se diria hoje) de propriedades públicas (templárias em sua maior parte) e despessoalizadas. Nessa estrutura de grandes propriedades rurais públicas, os administradores buscam obter benefícios pessoais, porém, em linhas gerais, a administração das terras pauta-se por parâmetros de avaliação preestabelecidos (produtividade do solo, porcentagens das arrecadações fiscais, porcentagens devidas aos administradores e aos camponeses), tratando-se de uma atividade essencialmente financeira, com elementos de programação plurianual, ou pelo menos de avaliação das vantagens que pudesse advir de uma bonificação da terra, de um plantio de árvores etc. Nesse cálculo dos rendimentos de-

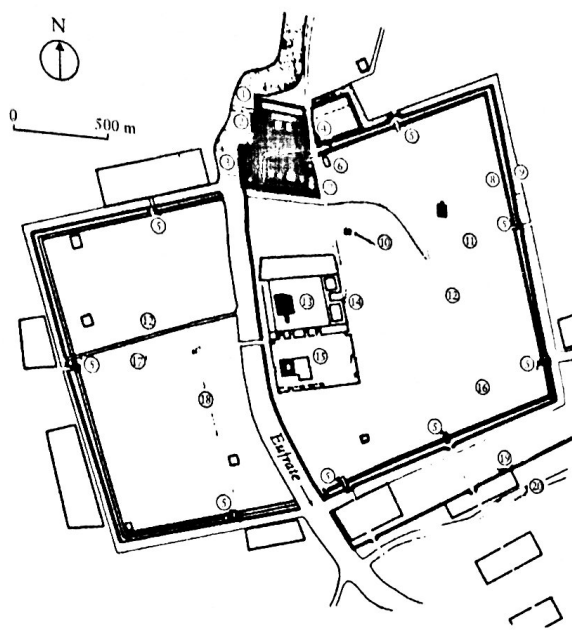
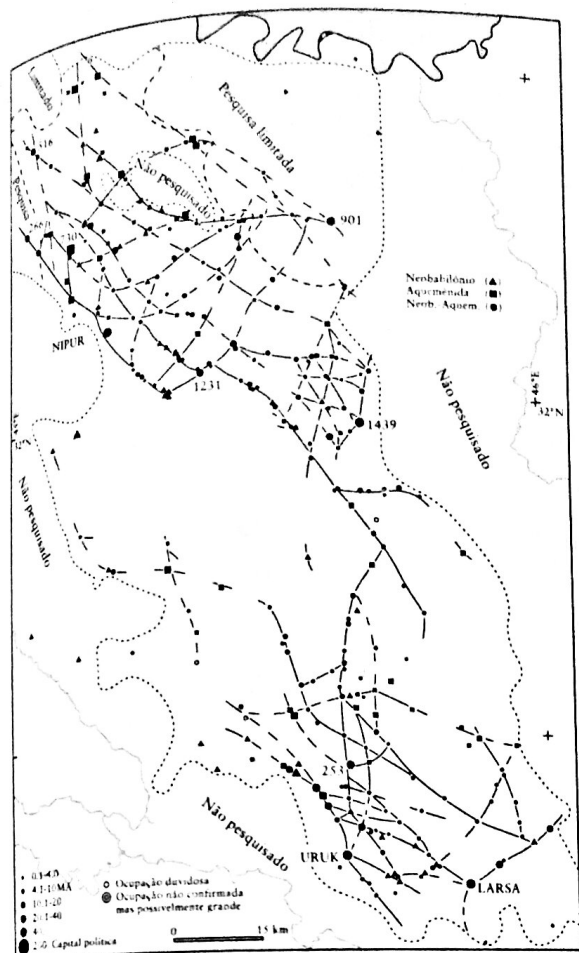


Figura 163. A recuperação agrícola e edilícia. À esquerda: assentamento baixo mesopotâmico no período neobabilônio e aquemênida. À direita: planta da Babilônia.

vidos aos envolvidos de vários níveis e à propriedade pública, percebe-se muitas vezes uma clara disputa entre o templo e o palácio real, para a definição dos percentuais que lhes cabem. É possível que muitas reivindicações dos cidadãos e dos templos, inclusive o grande contraste entre Nabonido e o clero de Marduk, se originassem dessa questão. Nabonido e seu filho, Bel-shar-usur, publicam um edito com a intenção de definir uma volta por todas as expectativas de cada um, e, particularmente, do palácio. Tal edito não deve ter agradado as administrações templárias, e provocou sublevações locais e também a partida do rei para Teima. No entanto, sabemos, pelo menos em relação à região de Uruk, que as “áreas rurais gerais” arrendadas pelo rei a um único funcionário/empreiteiro obtêm um resultado discreto, no sentido de reativar o cultivo de regiões abandonadas, e de uma racionalização global da exploração agrícola. Essa organização baseada em grandes “áreas rurais gerais” com administrador único não tem muitos resultados em termos práticos, dado que dos dois cultivos básicos característicos do período, “a cevada” e “as palmeiras”, o segundo exige uma divisão do espaço de produção. A unificação da administração é feita com o objetivo de simplificação fiscal, de unificação das responsabilidades, em um setor, como o do abastecimento de alimentos das cidades, que tinha se tornado mais sério que no passado. A distinção entre a produção de alimentos no campo e a necessidade de alimentar a população urbana é mais evidente.

Esta pode conseguir alimento no mercado livre ou trabalhando em obras públicas, mas não como uma retribuição automática por seu trabalho especializado.

As atividades artesanais e de transformação também passam por importantes mudanças de cunho socioeconômico. Os grupos de trabalhadores especializados, subdivididos em especializações e organizados de acordo com níveis hierárquicos, trabalham para o palácio e que são remunerados pelo palácio, são agora substituídos por uma espécie de "corporações" livres, que ainda reúnem especialistas de cada ramo, e que talvez ainda mantenham uma organização hierárquica interna. Porém, essas "corporações" de artesãos não se inserem mais na administração palaciana, e precisam ter clientes. O palácio e o templo continuam sendo, certamente, os principais clientes, mas a estes se somam clientes privados. Além disso, firmam-se contratos com clientes públicos, para definir as condições econômicas para o fornecimento de um determinado serviço. Nas administrações palacianas e templárias (a primeira mais ampla e única, as outras diversas e presentes em todas as cidades) continuam atuando somente as categorias ligadas aos serviços "terciários": escribas, administradores e sacerdotes. Quanto às atividades comerciais, a preponderância dos aspectos financeiros sobre os merceológicos não se deve a erros da documentação, mas reflete a situação da época. As grandes rotas comerciais não passam pela Babilônia. O trajeto sul-norte vai do Iêmen ao Higiáz e à costa sírio-palestina, com ramificação para o Delta egípcio. O trajeto leste-oeste passa pelos planaltos, conectando o distante comércio indiano e centro-asiático com os centros de Pérsida e de Susiana, e canalizando-o até a Lídia e o Egeu. A Babilônia corre o risco de permanecer à margem, em um nicho rico e importante, mas bloqueada de um lado pelos pântanos que a separam do Golfo (cujo acesso se dá mais por Susiana que pelo "país do mar") e do outro pela desolação que as destruições bélicas tinham provocado no Médio Eufrates e no Médio Tigre. O nicho babilônico não é descartado totalmente devido à sua força de atração como destinação final do comércio, como "mercado" (um dos principais do mundo nesse momento), e como centro político de primeira ordem. Assim, as atividades comerciais, em seus aspectos operacionais, estão nas mãos principalmente dos fenícios (certo fenício, Khanunu, é o chefe dos mercados de Nabucodonosor), dos árabes e dos iranianos. Até mesmo as atividades financeiras da própria Babilônia estão em mãos principalmente de estrangeiros e ex-deportados (hebreus, em particular), como no caso das famosas "casas", primeiro dos Egibi e depois dos Murashû (no período aquemênida). Trata-se de empresas de cunho mais financeiro que comercial, que obtêm a maior parte de seus lucros em atividades como empréstimos a juros e a administração da produção agrícola.

Portanto, a cidade neobabilônica torna-se algo muito complexo no plano socioeconômico. É dominada pelo templo (e pelo palácio, no caso da Babilônia), isto é, por uma organização pública suprapessoal, mas que age privadamente em termos de práticas, estratégias e interesses. Além dessa presença, existem outras: corporações de artesãos, "casas" comerciais e financeiras, administradores públicos. Trata-se, na verdade, de membros privilegiados das antigas categorias de "servos do rei", que constituíam, ante-

CONTRATO DE CESSÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS DO REI PARA PARTICULARES
 PAGAMENTO DE RENDA PARA O EANNA DE URUK

Shum ukin, filho de Bêl-zeri, descendente de Basiya, e Kalbâ, filho de Iqishâ, suplicaram a Nabonido, rei da Babilônia nestes termos: "Que o rei, nosso senhor, nos dê seis mil kur de terras de plantio de cereais, e também terras para tamarceiras, quatrocentos diaristas, quatrocentos bovinos e cem vacas adultas para [...] dos quatrocentos bois. E nós vamos dar anualmente, na estação das águas altas, à Divina Senhora de Uruk, a soma de 25 mil kur de cevada e a soma de dez mil kur de tâmaras".

Nabonido, o rei, seu senhor, acolheu favoravelmente seu pedido e deu a Shum-ukin, filho de Bel-zeri, descendente de Basiya, e a Kalba, filho de Iqisha, seis mil kur de terras de plantio, incluindo o período de descanso da terra – metade dela deve descansar cada ano –, quatrocentos diaristas, quatrocentos bois e cem vacas adultas para [...] dos quatrocentos bois. Os bois e as vacas adultas não deverão emagrecer. Eles [Shu-ukin e Kalbâ] colocarão o delegado do rei a par das crias das vacas adultas, e este as marcará com a estrela de ferro Uruk da Divina Senhora de Uruk e as devolverá a Shum-ukin e a Kalbâ. Eles assumirão os [gastos] do conserto dos arados danificados. Todos os anos, na estação das águas altas, Shum-ukin e Galbâ darão à Divina Senhora a soma de 25 mil kur de cevada e a soma de dez mil kur de tâmaras, no total de 35 mil kur de cevada de acordo com a unidade de medida da Divina Senhora de Uruk. Uma vez apenas, no primeiro ano, receberão do templo de Eanna três mil kur de cevada para o plantio e dez talentos de ferro [para os arados] [...] Shum-ukin e Kalbâ são responsáveis mutuamente por tudo o que fizerem.

[testemunhas] [Estipulado em Larsa], mês de Nisan, dia 28, ano 1º de Nabonido rei da Babilônia [555].

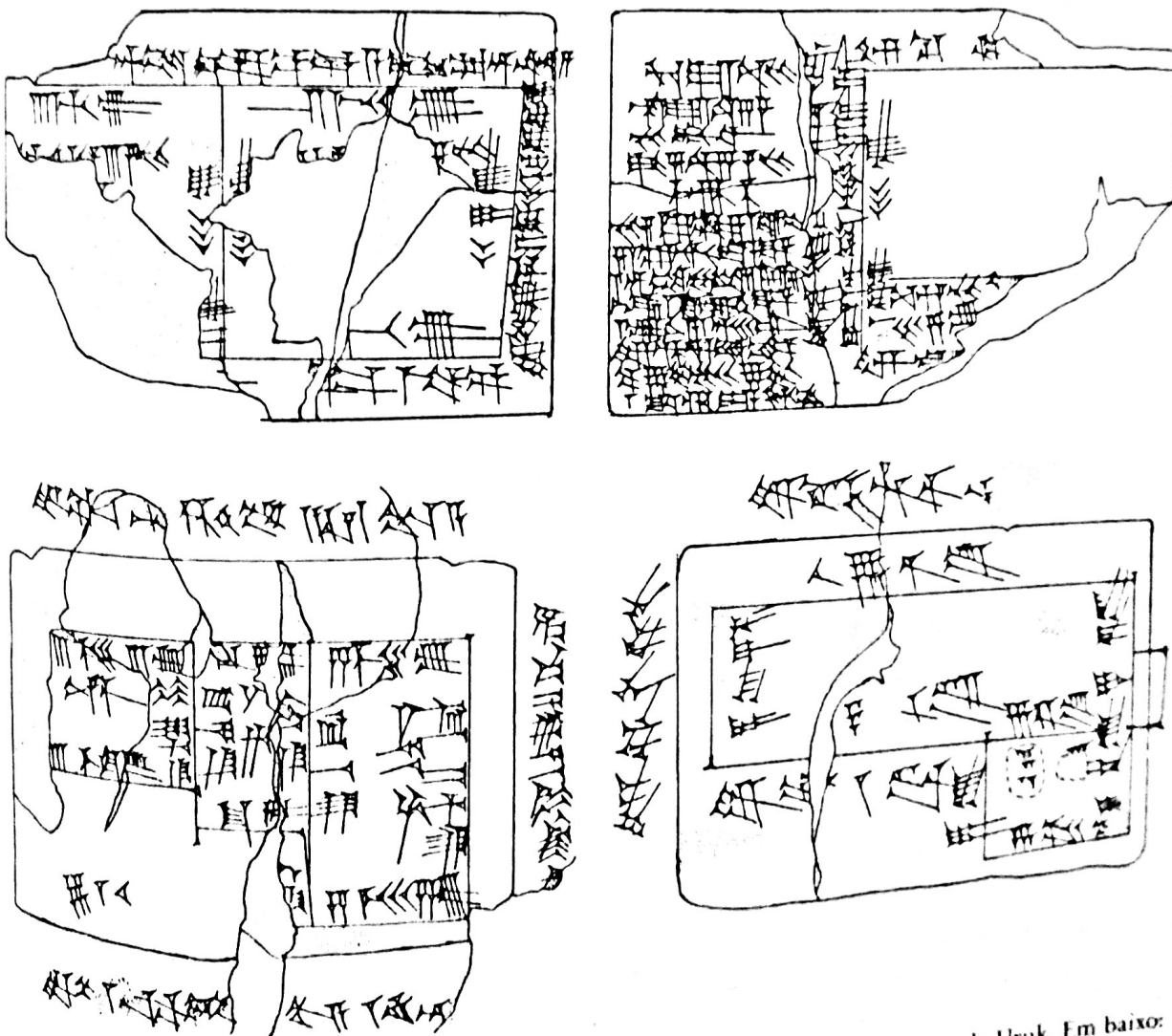


Figura 164. Agricultura neobabilônica. No alto, texto: as "áreas rurais gerais" do Eanna de Uruk. Em baixo: plantas de campos dos períodos neobabilônico e persa.

riormente, o setor público, e que agora constituem o setor dos "privados" (*mar-banúti*). A administração financeira e judicial da cidade é confiada ao binômio constituído pelo templo e pelo conselho da cidade (que representa as "corporações" e as "casas"). O setor dos pequenos proprietários rurais que antes era "livre" submete-se, agora, à servidão de várias maneiras: como assalariados, devedores inadimplentes, oblatos, deportados e servos agrícolas. Essa servidão de fato da população agrícola, junto com a servidão formal de especialistas e administradores, dá a impressão daquela "escravidão generalizada" que os gregos atribuíam ao império persa. Em parte, isto é verdade, mas se deve dizer também que os setores econômicos extrapalacianos e extratemplários, de estrutura privada, nunca tinham tido uma organização e um desenvolvimento tão expressivos.

4. A CULTURA NEOBABILÔNICA

Em uma carta do período neoassírio, a cidade da Babilônia proclama com orgulho suas tradições de "liberdade" e de cosmopolitismo. Todo aquele que entra na cidade goza de privilégios, seja ele babilônio ou estrangeiro, sedentário ou nômade, homem ou mulher, ser humano ou até mesmo um animal. Livre das prevaricações imperiais, graças a seu prestígio religioso e cultural, a Babilônia se torna um ponto de encontro entre diferentes populações, tradições e experiências. Nisto ela se diferencia claramente das capitais assírias, sobretudo das artificiais, que permanecem exclusivamente assírias, focadas no esforço de dirigir o império e implementar uma política de homogeneização e unificação. No centro do império assírio há também um afluxo de pessoas e de bens de todo o mundo, mas estes são exibidos com fins comemorativos, ou utilizados, e até concentrados, em parques zoológicos e botânicos, mas nunca são admitidos em pé de igualdade na sociedade assíria. A Babilônia, por sua vez, é, de alguma forma, um "parque" onde são representados elementos de todo o mundo: mas é um parque vivo e natural. À ideologia imperial da unificação para suprimir o diverso, ela contrapõe inconscientemente a ideologia da unificação pelo acolhimento do diverso.

A sociedade e a cultura neobabilônicas são, em boa medida, o resultado de situações de internacionalização e sincretismo etnolinguístico, social e cultural. O caráter composto da população deriva da permanência do antigo núcleo acádio, que tinha diminuído muito durante a crise demográfica pós-cassita, e que recebe novas contribuições de caráter migratório (tribos aramaicas, e, sobretudo, caldeias) e depois de caráter forçado (deportados com fins de repovoamento). A estes amplos estratos étnicos, que influenciaram o uso do aramaico como língua falada (e em menor medida como língua escrita), somam-se contribuições quantitativamente modestas, mas fortemente qualitativas, conexas com o papel central da cidade: refugiados políticos, mercadores, artistas e especialistas de qualquer área, mensageiros, provindos de qualquer região também externa ao reino – egípcios e fenícios, árabes e iranianos. Alguns setores como o comércio estão em mãos da comunidade estrangeira: os antigos deportados que, na As-

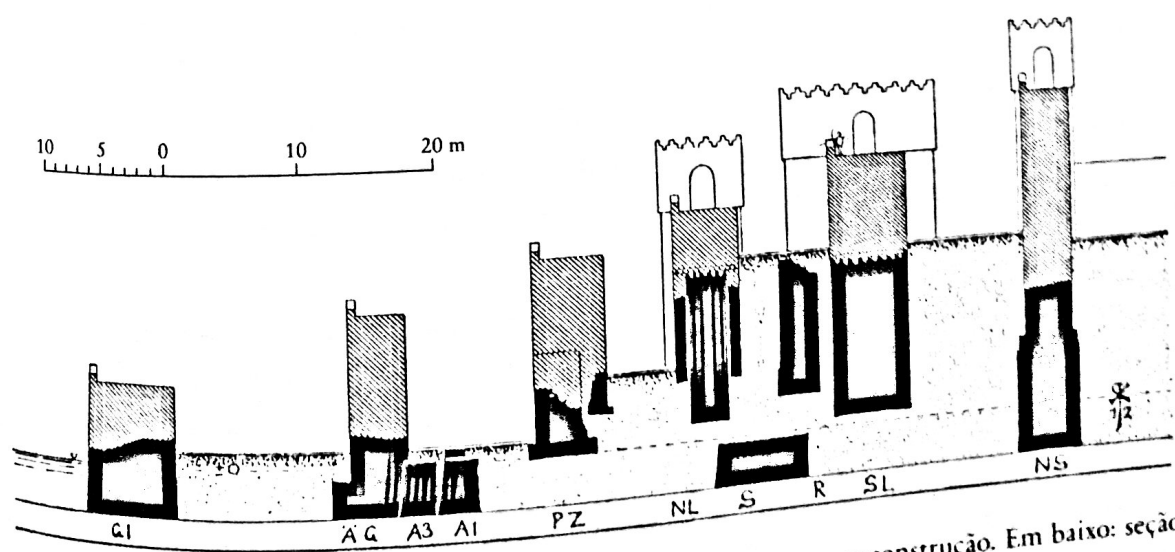
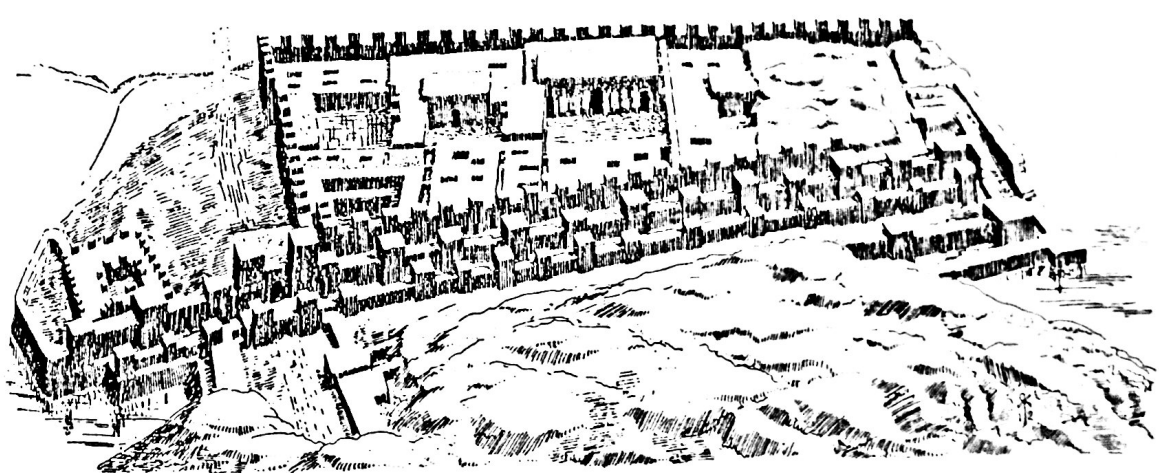
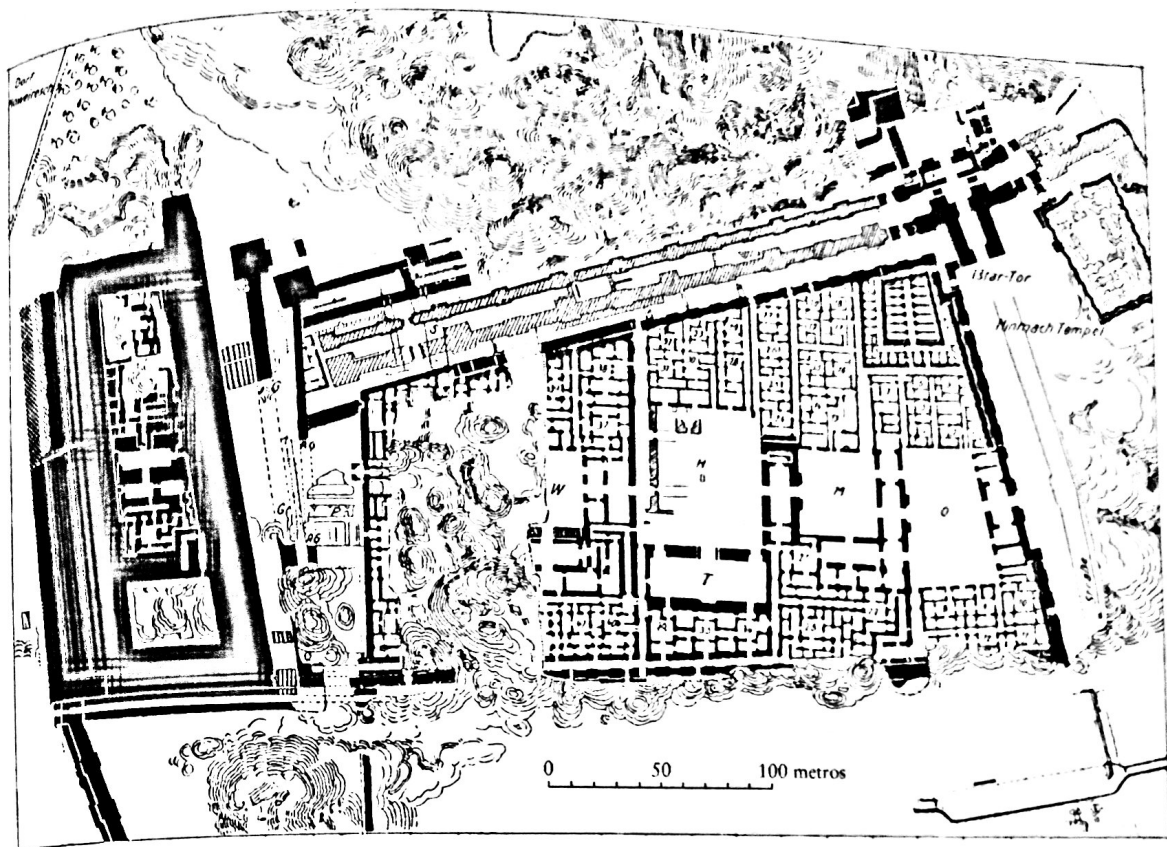


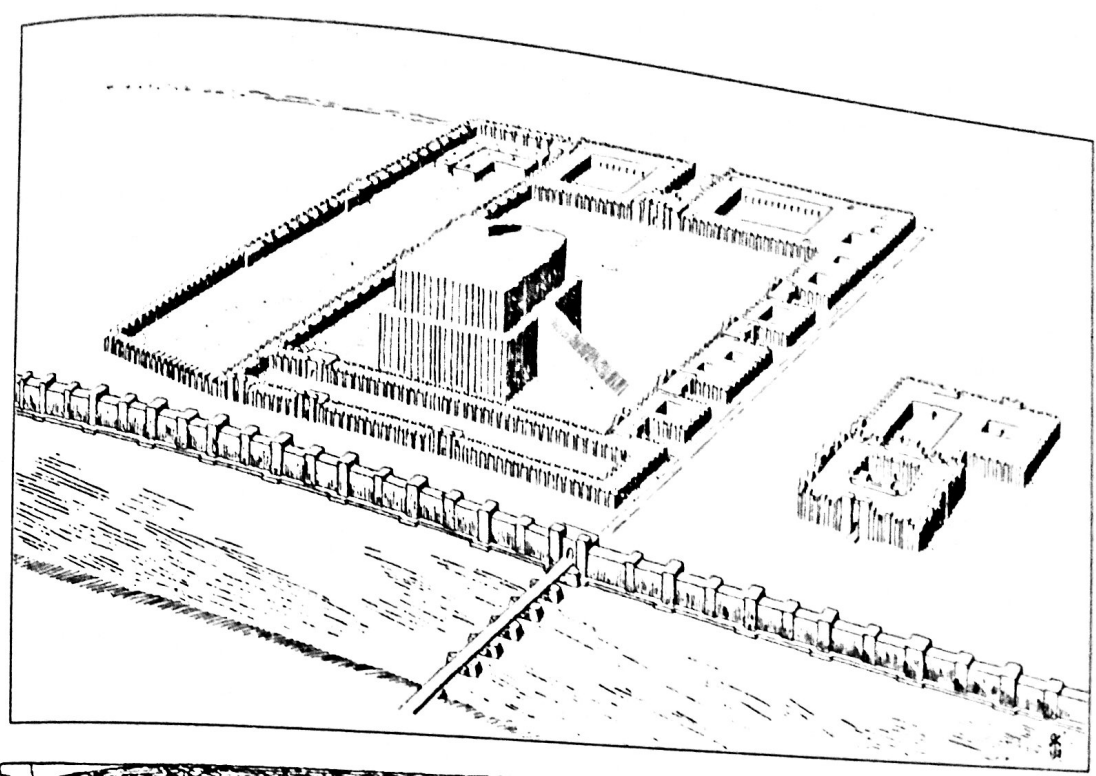
Figura 165. Babilônia, a fortaleza meridional. No alto: planta. No centro: reconstrução. Em baixo: seção do muro norte.

síria, tinham tido poucas oportunidades de inserção e de crescimento, na Babilônia se ambientam muito bem e adquirem posições econômicas (e também sociais) de grande importância.

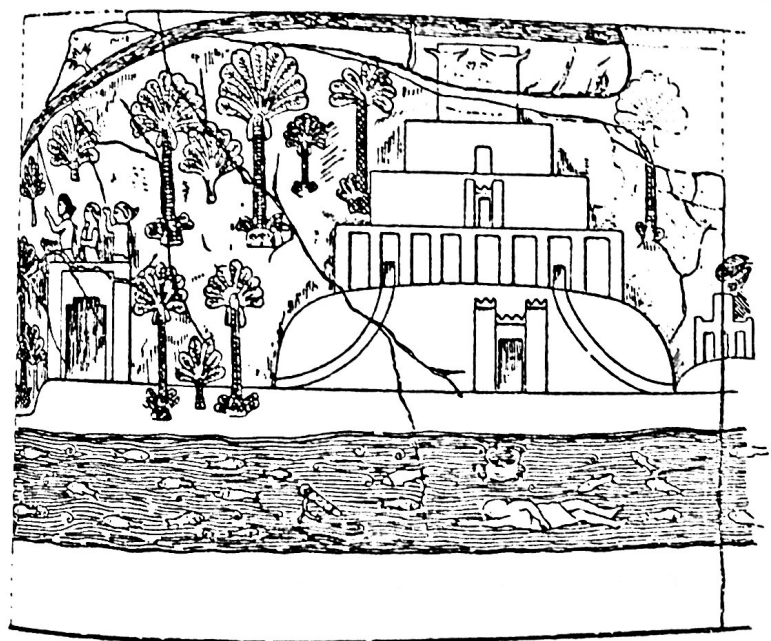
Esta base étnica heterogênea e este afluxo de diversas tradições, todavia, não conseguem produzir um modelo cultural consequente, e são calados, pelo menos em nível oficial, pelo modelo oposto do arcaísmo nacionalista. O arcaísmo e a retomada das tradições antigas surgem, não por acaso, exatamente quando desaparece a vitalidade da cultura local. Ao sumério, língua desaparecida há mais de um milênio e meio, soma-se o acádio, que também tinha desaparecido e que é substituído pelo aramaico como língua falada. Não obstante, continua-se a usar o acádio (em qualquer tipo de texto, também de caráter prático), tentando-se reavivar a língua clássica do período de Hamurábi. Também se continua a estudar (com uma dificuldade cada vez maior) o sumério. E em um mundo que já conhece e usa amplamente o alfabeto, a escrita cuneiforme (indissoluvelmente ligada ao uso do acádio) continua a ser utilizada. A casta dos escribas ganha prestígio ao usar sinais raros, numerosos logogramas e por introduzir verdadeiras criptografias, sobretudo em certos tipos de textos (astronomia, hepatoscopia, medicina) cujo controle era privilégio exclusivo de escribas e sacerdotes.

Há muito que a Babilônia deixa de produzir algo de original no campo da arquitetura, da escultura e da sigilografia. Quando a nova posição da capital imperial começa a impulsionar uma enorme atividade urbanística e ornamental, dá-se uma ênfase especial à dimensão e à quantidade, depois à retomada de modelos antigos e, enfim, à exploração de técnicas decorativas pós-clássicas (desconhecidas no período paleobabilônico) que tinham sido desenvolvidas no período cassita e no Elam: a decoração pintada (e em relevo) esmaltada em ladrilhos. O repertório iconográfico (em particular, na decoração glíptica) retoma motivos das épocas precedentes, em particular a respeito dos períodos de prestígio da Acádia e da primeira dinastia da Babilônia, chegando a realizar verdadeiras imitações. A mesma tendência encontra-se na composição das inscrições reais, na titulação real e em outras formas de expressão da ideologia real. Obras de arte antigas, monumentos dos antigos reis são recuperados e recolocados em seus lugares, ou concentrando-se em coleções (como o "Museu" do novo castelo da Babilônia) que se somam às bibliotecas (como a de Sippar do período aquemênida) com textos literários e religiosos do passado. A produção de obras de arte antigas falsas (como o "Monumento cruciforme" de Manishtusu) para "lastrear" novos privilégios e isenções insere-se neste culto de modelos do passado.

Se os reis mesopotâmicos sempre haviam se preocupado em recuperar as inscrições de fundação dos edifícios por eles restaurados, mencionando-os em verdadeiras "histórias de edifícios", com os reis caldeus há uma busca obstinada e intencional das antigas inscrições de fundação, sobretudo as que se referem à dinastia acádia, considerada o momento de máximo esplendor da Babilônia, graças a uma identificação substancial: Acádia = Babilônia, que também tem uma longa e inquestionável história. Parece que esse tipo de interesse contrapõe-se a uma atitude narrativa e comemorativa



Reconstrução



Representação em um relevo de Assurbanipal de Nínive.

Figura 166. Torre de Babel.

que atingira seu auge com os reis neoassírios. As inscrições reais carecem de relatos de anais das façanhas militares, e os palácios reais já não são adornados com relevos esculturais de conteúdo histórico.

Além do arcaísmo, outra característica da cultura neobabilônica é a do simbolismo (nas expressões figurativas) e do ritualismo (nas normas comportamentais). Por não ser mais capaz de produzir conteúdos novos, a cultura centra sua atenção nos aspectos formais. O formalismo é evidente no campo religioso: a execução dos ritos, as formas de apresentação dos deuses, de seus simulacros e de seus símbolos, a pronúncia de seus epítetos e das fórmulas apropriadas, tornam-se fundamentais para a religiosidade pública e privada, e um teste de credibilidade do soberano. O uso dos símbolos é fortale-

cido em detrimento das representações antropomórficas das divindades, e a repetição das fórmulas antigas em detrimento da produção de novas tramas míticas ou cerimoniais é fortalecida.

Esse acentuado formalismo das representações oficiais corresponde a um deslocamento da religiosidade pessoal na direção de formas distintas das utilizadas no culto. Desde há muito tempo que a religiosidade popular enveredara por formas e práticas “mágicas”, interessada em encontrar ações eficazes (inicialmente para conhecer, e depois para aplicar ou para evitar) para intervir sobre a realidade por meio de substitutivos e representações dessa mesma realidade. Portanto, já há muito tempo que religiosidade mesopotâmica tinha se voltado para o duplo polo de atração constituído pelo presságio e pelo exorcismo. Essa tendência atinge seu auge no período neobabilônico. Entre as várias técnicas de presságios, prevalece a astronômica, entre todas a mais racional e inflexível, pois tudo o que acontece é relacionado com os movimentos regulares e repetitivos dos astros. As outras técnicas (hepatoscopia em primeiro lugar) vinculam-se à excepcionalidade, às características específicas e imprevisíveis, sempre diversas, e que permitem um maior espaço para a iniciativa pessoal. Em um sistema rígido, fechado e cíclico, o futuro é totalmente previsível e o passado é todo recuperável. Não é por acaso que no primeiro período neobabilônico (em meados do século VIII) o rei Nabu-nasir concebe o projeto de realizar o registro diário tanto das posições dos astros como dos acontecimentos, tanto “históricos” como da vida cotidiana, inclusive da flutuação dos preços. Conhecemos muitas partes dos *Diários Astronômicos*, que perduram por muitos séculos chegando até o período Helenístico Tardio. Eles constituem um dos mais ambiciosos programas de pesquisa da Antiguidade.

Chega-se depois, no auge do período neobabilônico, à formulação dos horóscopos, segundo os quais a posição dos astros no momento do nascimento determina o caráter e a sorte do indivíduo. Para os gregos, que da longa tradição cultural mesopotâmica conhecem apenas sua etapa de declínio final, as típicas ciências dos “caldeus” são exatamente a astronomia e a magia. A primeira é a ciência do conhecimento do futuro, e proporciona um conhecimento rígido, que não oferece alternativas. A segunda propõe soluções práticas, sobrepondo ao que é determinado um desfecho forçado, uma alteração, enfim, do que está previsto e que é normal mediante a intervenção do inesperado. As intervenções mágicas são perfeitamente compatíveis e úteis em um universo com previsões abertas, mas em um universo determinado pelos astros a magia deve ser evitada e considerada como algo anormal e até mesmo maléfico e subversivo.